

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº                      , DE 2016**  
**(Da Sra. Deputada Federal Laura Carneiro)**

Solicita informação ao Ministro-Chefe da Casa Civil acerca do impacto decorrente da publicação da Lei nº 10.741, de 2003, que cria o Estatuto do Idoso.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil o seguinte pedido de informações:

A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que cria o Estatuto do Idoso, objetivou regular os direitos assegurados às pessoas com 60 anos ou mais. Trata-se de uma lei ampla, que trata dos vários âmbitos da vida do idoso em nossa sociedade.

A Lei assegura ao idoso “todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (art. 2º), determinando ser “obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (art. 3º).

O texto da Lei mostra-se claro e abrangente. Todavia, sabemos das imensas dificuldades de se efetivarem os direitos nela prescritos.

Diante disso, e visando a acompanhar a efetiva aplicação da Lei, julgamos necessário contar com os seguintes esclarecimentos:

1. Como o Governo Federal avalia o impacto da publicação da Lei nº 10.741, de 2003, na realidade cotidiana da população idosa brasileira?

- 2.Quais normas infralegais foram publicadas com o objetivo de regulamentar dispositivos presentes na Lei nº 10.741, de 2003?
- 3.Quais ações ainda são necessárias para assegurar a efetividade das normas previstas na Lei nº 10.741, de 2003?
- 4.Quais mecanismos de avaliação e controle da efetividade dos dispositivos da Lei nº 10.741, de 2003, estão sendo utilizados pelo Governo Federal, e quais foram os resultados auferidos até este momento?

Sala das Sessões, em            de            de 2016.

**Deputada Federal Laura Carneiro**  
**(PMDB-RJ)**